

Médico pede fiscalização

São Paulo — A sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) atribui a responsabilidade pela sequência de mortes de pacientes que se submetiam a hemodiálise em Caruaru aos órgãos públicos e ao fornecedor da água.

“Em todo o País inexistente fiscalização da água vendida por clandestinos”, disse o nefrologista Sérgio Antonio Draibe, do Departamento de Ensino e Reciclagem da SBN.

Há a preocupação, segundo Draibe, de descaracterizar culpa isolada dos médicos do IDR no episódio. “Qualquer centro de diálise está sujeito a receber água com grau de toxicidade superior ao potencial de purificação”, disse.

Ele citou o acidente ocorrido há dez anos, em Sorocaba (SP), quando a companhia de abastecimento aumentou a quantidade de sulfato de alumínio utilizado para agregar matéria orgânica no tratamento da água.

Os doentes submetidos a hemodiálise começaram a manifestar a osteomalácia, doença caracteriza-

da pela perda da capacidade de calcificação óssea. Rapidamente detectado o problema, não houve mortes.

Culpa — Draibe não isenta totalmente o IDR de responsabilidade. “Um centro de diálise tem de comprar água de boa qualidade, ainda que não exista controle por parte do poder público”, afirmou.

Na avaliação da SBN, os sintomas sugerem contaminação da água por metais em alta concentração. O nefrologista acredita que, entre os pacientes intoxicados ainda vivos, a chance de sobrevivência está condicionada à resposta biológica individual. “O curso da hepatite é autônomo quando a morte de células supera a capacidade de regeneração.”

O resultado dos primeiros exames de sangue de pacientes internados com sintomas de hepatite tóxica e de amostras de água do manancial que abastece Caruaru foi negativo para a presença de organoclorados (presente em agrotóxicos).